

# MAÇONARIA E ABOLIÇÃO: ASPÉCTOS DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS

Viviane Coelho dos Santos<sup>1</sup>  
Rodrigo Lemos Simões<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho aborda a participação da maçonaria na abolição dos escravos em São Gabriel no ano de 1884. Discute a trajetória da maçonaria, desde as suas primeiras manifestações no Brasil e no Rio Grande do Sul, a sua fundação no município de São Gabriel, no século XIX. Analisa seus fundadores e discute também as etapas do abolicionismo na região sul, no ano de 1884, com a análise da abolição da escravidão no município de São Gabriel e com foco nos documentos da loja maçônica, atas de reunião, cartas de alforrias, telegramas e um decreto. Como resultados, concluímos que a real intenção dos senhores na concessão das alforrias foi a de libertar seus escravos para regularizarem-se como maçons ou para iniciarem-se na Loja Maçônica de São Gabriel.

**Palavras-chave:** Maçonaria, abolição, Brasil.

## ABSTRACT

This paper addresses the free-masonry's participation in the abolition of San Gabriel's slaves in 1884. The work covers Masonic history, from its first manifestations in Brazil and Rio Grande do Sul, followed by the foundation of São Gabriel in the nineteenth century, covering aspects such as its founders, the moments of territorial instability leading to its peak. The paper will explore the abolitionist steps in the South, in the year of 1884, with the analysis of the abolition of slavery in the municipality of São Gabriel, focusing on the documents of the Masonic lodge, meeting minutes, letters of liberty, telegrams and a decree. As a result, we conclude that the real intention of the masters in granting the letters of manumission was to their slaves was to regularize themselves as Masons or to start in the Masonic Lodge of St. Gabriel.

**Keywords:** Masonry, abolition, Brazil.

## A MAÇONARIA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

A maçonaria é uma instituição internacional muito antiga, com aproximadamente três séculos de história, cuja participação no âmbito político, social e cultural é mais evidente nos séculos XVIII e XIX. No entanto, apesar de sua longa história, a maçonaria não tem recebido dos historiadores brasileiros a devida atenção como objeto de

<sup>1</sup> Bacharel em História – ULBRA/Canoas

<sup>2</sup> Professor – Orientador do Curso de História – ULBRA/Canoas (rodrigossimoeshistoria@gmail.com)

pesquisa. Essa constatação é mencionada por Eliane L. Colussi “A quase inexistência, no Brasil, de trabalhos de cunho acadêmico específicos sobre a maçonaria, demonstra que a temática permaneceu numa espécie de anonimato nas universidades e centro de pesquisas” (2000, p.51).

A história da maçonaria no Brasil tem início no século XIX, sob influência das correntes iluministas do século XVIII. Os pensamentos liberais vindos da Europa acabam se tornando um referencial no meio cultural e político dos grupos intelectualizados do país, mesmo que não de forma homogênea, promovendo o sentimento de liberdade e igualdade. Conforme Colussi (2000), no Brasil, podemos observar a influência da maçonaria em vários fatos da história, tais como a Independência, a abdicação de d. Pedro I, a difusão do pensamento liberal, até mesmo em questões religiosas como foi na luta pela separação entre o Estado e Igreja, no abolicionismo e no movimento republicano.

A penetração da maçonaria no Brasil está dividida em quatro momentos, desde a introdução do ideário iluminista francês no século XVIII, seguido da criação das lojas maçônicas no Brasil, no início do século XIX, se estendendo até o final do século XIX, quando surgem os movimentos maçônicos federalistas.

Se tomarmos como exemplo a proclamação da independência no Brasil, veremos que um dos fatores pelo não rompimento total com a herança cultural portuguesa se deve a influência intelectual de lideranças políticas maçônicas. Porém ao mesmo tempo que existia a visão conservadora que buscava manter os laços coloniais, existia também um grupo de maçons liberais que atuavam dentro das sociedades secretas, no sentido de promover a total independência do país.

Não existe um consenso final de que essas sociedades secretas venham se tornar lojas maçônicas. Segundo Colussi (2000), as primeiras lojas maçônicas que se tem registro datam do início do século XIX, estendendo-se até o ano de 1822. Contudo, as fontes disponíveis para a compreensão deste processo são basicamente bibliográficas, pois a maior parte dos documentos maçons se perdeu ou não foram produzidos, pois em muitos casos, a prática de não produzir documentos era incentivada.

A maçonaria de forma organizada, inicialmente ocorreu apenas nos grandes centros, aqueles que tinham um número expressivo de população e uma economia desenvolvida, entre eles, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. No Rio de Janeiro, a primeira oficina, que se tem registro foi a União, na cidade de Niterói, em 1800, mas as lojas maçônicas brasileiras foram de fato regularmente aceitas, quando se filiaram a lojas estrangeiras.

No Rio Grande do Sul, as suas primeiras manifestações maçônicas não foram muito diferentes do resto do Brasil. Segundo Colussi (2000), as sociedades secretas, literárias ou políticas e a imprensa geraram as condições para as primeiras manifestações que resultariam no surgimento das lojas maçônicas na província.

Como no restante do Brasil, a presença de sociedades políticas e/ou literárias, muitas delas de caráter secreto, aliadas à difusão de órgão de imprensa, comprometidos com o ideário iluminista e liberal, portanto de caráter político, geraram as condições para as primeiras iniciativas que resultaram nas instalações de lojas maçônicas na província. (COLUSSI, 2000, p.185-186).

A primeira loja maçônica que se tem informação, instalada com atividades regulares no Estado, foi a “Filantropia e Liberdade”, fundada em 25 de dezembro de 1831, na cidade de Porto Alegre, a pedido do grande escalão maçônico do Rio de Janeiro, a Grande Oriente do Passeio (COLUSSI, 2000 p.191). A partir deste momento a evolução maçônica no Estado teve um avanço qualitativo na sua organização e cerca de quarenta anos após estes primeiros registros, apura-se que o Rio Grande do Sul se colocou como um dos centros mais desenvolvidos da maçonaria no país. Esse avanço teve como característica a intensificação da formação de intelectuais na elite regional, a partir da segunda metade do século XIX.

As sociedades políticas, literárias e filantrópicas, que muito provavelmente, foram o embrião de um grande número de lojas na fase inicial, também contribuíram para esse avanço quantitativo, a “Revolução Farroupilha” por outro lado, atuou como o grande divulgador de um ideário ainda muito pouco difundido no estado, o pensamento iluminista francês e o ideário liberal. Segundo Segundo Colussi (2000, p.193):

Assim a Revolução Farroupilha ao Ives de ter sido um resultado da atuação maçônica, gerou as condições de um corpo de ideias sustentadas no pensamento europeu em voga, permitindo, no rastro dessa difusão, a penetração do movimento maçônico por meio, inicial, da ação daquele tipo de associativismo.

Uma das características da formação da maçonaria no Estado é de que as primeiras lojas foram fundadas por pequenos grupos de maçons, que tiveram sua iniciação no centro do país e até mesmo no exterior, se infiltrando em clubes ou sociedades de cunho liberal, onde puderam difundir e ampliar ainda mais o seu pensamento. Com uma elite descontente economicamente, sem prestígio perante a província, acabava se tornando um adepto em potencial para se iniciar na maçonaria, pois ela apresentava um discurso antiabsolutista, um ideário libertador, do progresso através da racionalidade (COLUSSI, 2000, p.193 – 194).

## **A POPULAÇÃO NEGRA E MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO RIO GRANDE DO SUL**

O Brasil foi o último país de tradição cristã e colonial a libertar a população negra da escravidão. Esse processo se deu gradativamente, com leis emancipacionistas, que mais serviam para acalmar os ânimos da sociedade do que propriamente por promoverem

ideais libertários. A primeira lei no Brasil que se tem contra a escravidão foi votada no ano de 1831, devido à grande pressão Inglesa, porém, essa lei não surtiu efeitos na prática. Conforme Carvalho (2011, p.45).

A Inglaterra exigiu como parte de preço do reconhecimento da independência, a assinatura de um tratado que incluía a proibição do tráfico de escravo. O tratado foi ratificado em 1827. Em obediência as suas exigências, foi votada em 1831 uma lei que considerava o tráfico como pirataria. Mas a lei não teve efeito prático. Antes de ser votada, houve grande aumento de importação de escravos, o que permitiu certa redução nas entradas logo após sua aprovação.

No período colonial a atividade mais lucrativa da coroa era o cultivo da cana de açúcar, pois esse produto tinha um ótimo valor e procura comercial na Europa. Seu cultivo demandava enorme poder aquisitivo e uma vasta mão de obra para trabalho e reposição. Forma-se assim a economia colonial brasileira, a base da monocultura e da mão de obra escrava negra. Posteriormente outro produto foi incorporado na produção, o tabaco. Com o passar do tempo, outras atividades desenvolvidas, e que dependiam da mão de obra escrava negra, foram crescendo em importância, entre elas a mineração e a criação de gado no interior do país.

E difícil afirmar com exatidão todas as etnias do continente africano que foram trazidas ao Brasil, mas segundo Carvalho (2011), o número da população brasileira em 1822 era cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo 800 mil indígenas, e mais de 1 milhão de escravos. Nas áreas agrícolas a escravidão tinha uma maior concentração, ao passo que nas regiões urbanas, essa mão de obra era usada em diversas atividades, domésticas, ou mesmo como trabalhadores que vendiam seus serviços em favor dos seus senhores.

Todas as regiões do Brasil tiveram contato com a presença do africano escravizado e no Sul não foi diferente. Os primeiros vestígios que tratam da entrada do negro no Sul registram que entre os anos de 1635 e 1725, foram trazidos negros escravizados pelos bandeirantes, porém a fixação de escravos só ocorreu com a instalação dos primeiros currais e estâncias. De fato, a introdução do negro no Rio Grande do Sul ocorreu um pouco mais tarde que no restante do país. Segundo Monti (1985), essa introdução tardia foi proposital, tanto no Brasil colônia quanto no império, pois os governantes temiam as fugas devido à instabilidade política na região.

As atividades da mão-de-obra escrava foram inicialmente nas grandes charqueadas instaladas nas cidades de Pelotas, no Vale do Jacuí, São Jerônimo, Triunfo etc. O negro escravizado se tornou objeto indispensável para a realização do trabalho pesado agrícola e pastoril. Sua mão de obra foi utilizada nas estâncias e nas charqueadas, sendo de grande importância para o crescimento econômico da região. Com o passar do tempo, e na medida em que crescem e desenvolvem-se as cidades na província, a população negra passa a ser utilizada nos mais variados serviços. Assim como no restante do país,

a mão de obra escrava nas cidades serviu aos trabalhos domésticos e ao trabalho dos escravos de ganho.

Após a independência do país, uma pequena parte da sociedade intelectual, brasileira começa engaja-se a favor da causa abolicionista, através dos clubes abolicionistas e da imprensa. A pressão exercida por tais grupos foi de extrema influência nas aprovações das leis do “Ventre livre em” 1871, e dos “Sexagenários”, em 1885. Na medida em que esse movimento ganha força, alguns senhores concederam liberdade aos seus escravos de forma voluntária. Políticos liberais se colocam a favor da abolição, e os clubes abolicionistas, junto dos Jornais, conseguiram captar cada vez mais a opinião pública, o que foi de extrema importância para o movimento. Assim, crescia entre a população o número daqueles que queriam a abolição da escravidão no país, agora atingindo vários setores da sociedade. Uma profunda análise da condição escravocrata do país, começava a ser divulgada por importantes figuras dos movimentos abolicionista.

A razão nacional foi usada por José Bonifácio, que dizia ser a escravidão obstáculo à formação de uma verdadeira nação, pois mantinha parcela da população subjugada à outra parcela, como inimigas entre si. Para ele, a escravidão impedia a integração social e política do país e a formação de forças armadas poderosas (CARVALHO, JOSÉ MURILO, 2011, p.50-51).

Podemos destacar também a importância da participação de abolicionistas negros, como André Rebouças, José do Patrocínio, o Poeta Castro Alves e Luís Gama, que participaram efetivamente deste processo. Além disso, diversos órgãos surgem para expandir as ideias abolicionistas, agora não mais com a justificativo sócio econômica, mas também humanitária. No Rio Grande do Sul, a elite intelectual engajada na causa abolicionista fundou em 18 de Julho de 1868 o *Partenon Literário*, liderado por figuras importantes e de grande influência no cenário local. Sua finalidade era formar e firmar uma conscientização coletiva em favor da causa abolicionista, além de criar um fundo de emancipação destinado a abolição.

Também a atuação dos órgãos de imprensa foram de grande importância para a divulgação do ideário libertador. O Jornal *A Discussão* de Pelotas, fundado em 1881, foi o primeiro a excluir de suas colunas anúncios relativos às fugas de pessoas escravizadas. Assim, com a atuação de sociedades abolicionistas e a ajuda fundamental dos clubes e jornais, muitos municípios do Rio Grande do Sul se decretaram livres no ano de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, de 13/maio/1888.

## **MAÇONARIA E ABOLIÇÃO EM SÃO GABRIEL**

O nome do município de São Gabriel no Rio Grande do Sul não é uma alusão ao anjo Gabriel como muitos acham, mas sim uma homenagem ao Vice-Rei do Rio da Prata em 1800, Dom Gabriel. Isso ocorreu quando Dom Félix de Azara fundou a primeira São

Gabriel nessa data, no local chamado ainda hoje de Distrito do Batovi, como conta à história. Nesse local havia nessa época um posto avançado com oito homens que cuidavam da cidade fundada ([www.saogabriel.rs.gov.br](http://www.saogabriel.rs.gov.br)). Durante o ano de 1812, o coronel João de Deus Mena Barreto, instalou o 1º regimento de cavalaria miliciana, com oito companhias, destinado à guerra com o Uruguai, o governo então faz uma nova distribuição de terras entre esses militares. Em 1817 a transferência de São Gabriel do Botovi para a margem esquerda do Vacacaí, faz surgir a São Gabriel de hoje, nas terras de João de Deus Mena Barreto seu fundador (CARVALHO 1984, p. 77-88).

O primeiro monumento erguido foi a Igreja do Rosário, Bom Fim, situada na Rua Andrade Neves, construída em 1817, mais conhecida como “Igreja do Galo”, por ter na abóbada da cobertura um galo de bronze, possivelmente de origem missioneira. É o mais antigo prédio de alvenaria da cidade e foi a matriz dos primeiros habitantes da Capela Curada, da Freguesia, Vila e depois, cidade de São Gabriel (CARVALHO 1984, p.77). Hoje é um prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, pela portaria 35/94, publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de dezembro de 1994 e inscrita sob nº 80 no livro tomo.

A 16 de dezembro de 1813, o Governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, atendendo a petições dos moradores, determinou a demarcação do território da povoação, o que foi feito a 7 de setembro do ano seguinte, conservando a nova povoação, o nome de São Gabriel.

A população surgia em torno do terreno destinado a praça e no dia 04 de Abril de 1846, era elevada a Vila, com a mesma denominação. Aos poucos a cidade foi sendo construída pelos seus moradores. Em 1862 foi fundada a primeira parte do edifício da Santa Casa de Misericórdia e deu-se o início das suas atividades. O primeiro corpo administrativo foi composto por: Provedor: Julião Antônio Garcia; Escrivão: Dr. Jônathas Abbott Filho; Escrivão interno: Francisco dias Ramos; Tesoureiro: Emiliano Antônio Garcia; Procurador: Gervásio de Carvalho Garcia (CARVALHO 1984, p 89-102).

A vinda, e permanência dos militares, muitos deles com bom nível cultural, trouxe para São Gabriel a elevação do nível intelectual da cidade. O crescimento da cidade exigia uma melhor estrutura, e com isso o crescimento do comércio local dispunha de produtos de alto padrão, sendo trazidos dos grandes centros, a fim de abastecer a população. Foi elevada à categoria de cidade em 15 de dezembro de 1859, Lei 443 (CARVALHO 1984, p.110). A cidade ainda podia contar com a navegação para receber artigos e até mesmo pessoas vindas de Porto Alegre. O primeiro navio movido a vapor saiu de Porto alegre dia 04 de junho de 1860, causando um grande alvoroço na cidade, porém com o tempo, as viagens foram suspensas, devido aos danos nas embarcações causados pelos tocos de arvores no fundo do rio (CARVALHO 1984, p. 111-112). Seguindo o progresso, chega à cidade o telégrafo, ligando São Gabriel à capital do Estado. Inaugurado pelo presidente da província, Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em 29 de setembro de 1873, a indústria de charque, Charqueada do Vacacaí, 1889, que pertencia a Manoel Patrício de Azambuja & Filhos, em 1898, mais duas charqueadas foram fundadas no município, Marçal & Filho,

essa possuía curtume, fábrica de lombilhos, tamancos e calçados em geral e a de Ramão Lopes da Rosa (CARVALHO 1984, p.115-286).

Essa é a cidade de São Gabriel do século XIX, que depois de constantes conflitos, invasões Argentinas e Uruguaias, consegue se estabilizar.

Sabemos através dos estudos que a emancipação no Rio Grande do Sul, não ocorreu por intermédio de apenas um grupo, ou por uma lei. A vontade de ter a liberdade já vinha sendo pleiteada pelos próprios negros cativos e libertos, pois mesmo tendo suas cartas de alforria, sofriam preconceito por parte da sociedade, não sendo aceitos como cidadãos pelo simples fato de serem negros. Com isso, diversas revoltas e levantes que ocorriam fora e dentro das senzalas já anunciavam a liberdade.

Antes da independência houve, na geração influenciada pelas ideias liberais do início do século, uma certa inquietação de consciência. Depois de conseguida a independência, essa inquietação continuou, pois havia deixado em cativo grande parte da população do país recém liberto (MONTI, 1985, p.26).

No entanto, é sabido que a abolição teve diversas alforrias “disfarçadas”, liberdades condicionais que nada mais eram do que uma nova forma de manter o negro ainda cativo. Uma prática muito comum eram as alforrias por contrato de serviços a terceiros. O senhor emprestava a quantia necessária para a compra de sua liberdade, porém o mesmo deveria prestar serviços a terceiros para arrecadar o valor, assinando papéis de obrigação, um contrato de trabalho e assim pagar ao seu senhor, caso esse valor não fosse arrecadado poderia o senhor recorrer à autoridade, caracterizando assim uma máscara da liberdade (MOREIRA, 1996 p. 22).

Em São Gabriel, o processo de emancipação se inicia entre os maçons, dentro da Loja Rocha Negra. A loja foi fundada no dia 29 de junho de 1873, por 11 maçons. No ato de solenidade da regularização da loja, presidida pelo Marechal Conde de Porto Alegre, no dia 15 de setembro do mesmo ano, alforriaram dois escravos pertencentes ao Dr. Jonathas Abit Filho, maçom há 25 anos, médico, nascido na Bahia e ao Sr. Sebastião Barreto Pereira Pinto Filho, eleito para o cargo de Primeiro Orador (FAGUNDES, 1989, p.32-33).

A loja foi fundada num momento de consolidação e expansão maçônica no Rio Grande do Sul. Infelizmente, segundo Fagundes (1989) não existem atas com o registro das primeiras articulações para sua fundação. Porém, os documentos que foram produzidos nos mostram que para ser iniciado na referida Loja, teriam que alforriar seus escravos, e os que já eram membros, seriam premiados com louvores, aplausos e elevação de Grau (FAGUNDES, 1989, p.31).

Após a regularização da loja, os “irmãos”, a fim de se serem iniciados ou de consolidarem sua posição na loja alforriam seus escravos. Ao analisar as cartas de alforrias produzidas nesta Loja, observa-se essa intenção. Contudo, cartas encontradas

no Arquivo Público de Estado do Rio Grande do Sul foram registradas com outro texto, de certa forma seguindo um padrão, como poderemos verificar a seguir.

No dia 10 de setembro de 1884, foi proposto pelo irmão Fernando Abbott, a criação de uma comissão que agisse na campanha abolicionista do município, essa comissão é chamada de “Os 22” e os “irmãos” obtiveram um total de 341 cartas de alforrias (FAGUNDES, 1989, p.34-35). O movimento emancipacionista teve grande repercussão, chegando ao conhecimento das Lojas dos municípios do entorno e até mesmo ao alto escalão maçônico da Loja Grande Oriente Unido, ao qual a Loja Rocha Negra era subordinada. Com isso, no dia 17 de setembro de 1884, a Loja recebeu o título de *Benemérita da Ordem*, pelo grande empenho na “santa causa da liberdade”. No dia 28 de setembro de 1884, a Loja Rocha Negra, recebeu um telegrama da Loja *Luz e Ordem*, de Porto Alegre, com felicitações ao povo gabrielenso pela emancipação do município. No dia 28 daquele mês, uma *Sessão Magna de Festividade* foi promovida nas dependências da loja, onde compareceram familiares dos maçons, moradores da cidade e 61 libertos conforme ata da sessão, onde se lê:

[...] receberam suas cartas de joelhos, ante o altar, com as mãos sobre a bíblia e a espada famígera, declararam solenemente: “Juramos, perante Deus e nossos concidadãos, sermos honrados ao trabalho, diligenciando sermos úteis à sociedade e à pátria”

Segundo Fagundes Fagundes (1989), a loja arrecadou ao todo 900 cartas de alforria, dentro e fora do município. O empenho pela causa libertária foi retribuído a alguns maçons que participaram da comissão, a loja propôs a elevação de graus aos irmãos, Francisco De Lima e Silva, Juvêncio Zobarán, Emídio José Lino Moreira, Fiuso Francisco Gonçalves, José Narciso Antunes, Máximo Irigaray e Almansor Cuello.

## **ANÁLISE DAS CARTAS DE ALFORRIA DOS MAÇONS GABRIELENSES**

Nesta pesquisa, foram analisadas sete cartas de alforrias, sendo quatro cartas produzidas na Loja Maçônica, e três cartas do *APERS* (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul)

No dia 26 do mesmo mês o Sr. Luiz Gonçalves das Chagas, Barão de Candiota, a fim de se regularizar sua posição junto à loja, declarou liberdade a mais um escravo, porém a carta não foi localizada no *APERS*, constando o registro apenas nos documentos da Loja.

Querendo dar uma prova de meus sentimentos filantrópicos, ao regularizar em seus mistérios da maçonaria oficina Rocha Negra, tenho concedido liberdade ao meu

escravo João e perdoou ao escravo Floriano, a quantia de cem conto de reis, que lhe emprestei para sua liberdade pelo que me estava sujeito, do que lhe dou plena e geral quitação. São Gabriel 26 de setembro de 1873 – Luís Gonçalves Chagas.

Dessa carta podemos destacar aspectos importantes em relação ao formato com que se processou a abolição no período e que envolvia membros da maçonaria local. Inicialmente o Sr. Luís Gonçalves Chagas, Barão de Candiota, justifica a alforria por motivos “filantrópicos”, mas num segundo momento ele afirma que seria a fim de se regularizar junto à Loja Rocha Negra. Sendo assim, fica clara a necessidade de alforriar seus escravos para tal regularização, pois essa seria uma exigência feita pela Loja Maçônica.

Outra situação interessante e comum no período, diz respeito a alforria por remuneração, ou seja, quando o senhor emprestava um valor para que o escravizado comprasse sua alforria. Neste caso específico, não fica claro como seria esse pagamento, ou como se deu o acordo firmado entre o escravizado Floriano e seu senhor em relação a este empréstimo. Contudo, podemos presumir que esse pagamento seria através de prestações de serviços, pois tal negociação era muito usada pelos senhores no mesmo período. Essa carta, não foi localizada no arquivo APERS.

Outra carta analisada tratava de um escravo de nome Domingos, com quarenta anos de idade, de profissão carpinteiro e que recebeu sua liberdade no dia 28 de novembro de 1873.

Para provar meus sentimentos filantrópicos e para meu regozijo que tenho em ser recebido na sociedade maçônica onde tenho parentes e amigos, dou plena e inteira liberdade, de hoje para sempre ao meu escravo Domingos, idade quarenta anos, crioulo, carpinteiro. Obrigando-me [?] a escritura de liberdade amanhã mesmo no tabelião de notas em São Gabriel. 28 de novembro de 1873. João Baptista Mascarenhas

Esse trecho revela as diferenças nos textos das cartas de alforria, pois se refere a real intenção da alforria, que era ser recebido na sociedade maçônica.

Porém a carta que foi localizada no APERS, traz outra justificativa, ela faz referência a liberdade devido aos “bons serviços prestados” pelo escravo. Essa carta não apresenta características de ser uma libertação por remuneração, mas fica caracterizada como uma liberdade disfarçada sob a condição de prestação de serviços. Seguindo as análises, em uma segunda alforria, do mesmo maçom João Baptista Mascarenhas, datado do dia 10 de fevereiro de 1874, o alforriado é uma criança de cinco anos, de nome Bernardo, pardo filho de Paulina já liberta:

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de 1874 e por motivos agradáveis a minha alma regozijada dou plena liberdade ao inocente Bernardo pardo de cinco anos de idade filho de Paulina hoje liberta, qual gozará de hoje em diante de liberdade como se ventre livre tivesse nascido, liberdade que concedo por livre espontânea vontade” João Baptista Mascarenhas

Em 28 de setembro de 1871, é publicada a Lei do Ventre Livre, que determinava que toda criança nascida após essa data, era considerada “livre” (MONTI, 1985, p.27). Porém o menino Bernardo, ainda estava em condição cativa quando nasceu, recebendo sua liberdade posteriormente. Em um trecho da carta, o senhor cita a dita lei, “...*qual gozará de hoje em diante da liberdade como de ventre livre tivesse nascido*”. Outra situação interessante é que sua mãe era liberta, condição bem comum em que a ex-escrava, mãe de filho escravo, se sentia na obrigação de permanecer após a sua libertação, trabalhando para seu senhor, a fim de não se separar da criança que ainda permanecia cativa. (MOREIRA, 1996 p.31). Essa carta foi devidamente registrada e localizada no APERS, e diferentemente da carta anterior, a liberdade, como seu autor cita, acontece por sua livre e espontânea vontade. Foi observado que entre a data de registro e a data da carta da loja, há uma diferença de 2 anos e não se sabe ao certo o motivo da demora, porém podemos presumir que seria uma forma de fazer com que a mãe, já liberta, continuasse trabalhando para esse senhor, durante o período em questão, a fim de comprovar que a carta de seu filho realmente fosse registrada, dando assim a sua legitimidade.

Já a carta concedida por Manoel Bento de Miranda, alforriava uma menina, de 6 anos de idade, crioula, cujo nome é Balbina, conforme segue.

Pela satisfação que tenho em ser iniciado no centro dos meus amigos na loja maçônica Rocha Negra, dou liberdade a minha escrava de 6 anos de idade, filha da escrava Rosa cuja liberdade dou sem condição alguma. São Gabriel 27 de fevereiro de 1874.

Nessa carta, fica evidente mais uma vez a necessidade que tinham os candidatos a maçonaria, de libertarem seus escravos a fim de serem aceitos na Loja. Outro fato foi a libertação da mãe da menor, “sem condição alguma”. Não foi localizada a carta registrada no APERS.

Analisaremos agora as cartas de alforria do fundador e primeiro venerável da loja Rocha Negra, o Dr. Jonathas Abbott Filho, porém não tivemos acesso as suas cartas, que se encontram arquivadas na Loja. Portanto, as análises serão das cartas registradas que estão arquivadas no APERS, sendo possível localizar cinco cartas, com datas entre 1873 e 1881. A primeira carta, segundo Fagundes (1989), trata do primeiro escravo alforriado pelo maçom, em um ato solene de regularização da fundação da loja, no dia 15 de setembro de 1873, exatamente a mesma data que consta na carta registrada no APERS. Horácio é alforriado com 15 anos, e na carta não constam informações de suas atividades. Sua mãe

chamada Bonifácia já era liberta, caracterizando ainda um possível vínculo de trabalho com seu ex. Senhor devido ao fato de ser o seu filho até aquele momento um escravo.

Dr. Jonathas Abbott e sua mulher, nos abaixo firmados, senhor e possuidor do escravo Horácio [?] de quinze anos, filho da nossa ex. escrava, Bonifácia de maior, própria e sem condições, damos hoje, quinze de Setembro, a sua liberdade para que goze como se de ventre livre tivesse nascido.

Em outra carta, o alforriado é Miguel, pardo, de profissão pedreiro, sem informações de sua idade. Na carta consta a data de registro de sua alforria, no dia 12 de outubro de 1879, com a justificativa de ter sido alforriado pelos bons serviços prestados, nada falando com relação à maçonaria.

Registro de uma carta de liberdade favorecida pelo Dr. Jonathas Abbott, a seu escravo Miguel, aos doze dias de outubro de oitocentos e setenta e nove, nesta cidade de São Gabriel, dou plena e real liberdade, ao meu escravo Miguel pardo, pedreiro, para que goze como se de ventre livre tivesse nascido.

Outra carta refere como alforriado o nome de Thomé, de 45 anos de idade, carpinteiro, teve sua carta registrada no dia 06 de fevereiro de 1880, sem nenhum ônus, conforme segue:

Registro de uma carta de liberdade, passado pelo Dr. Jonathas Abbott, a favor de meu escravo de nome Thomé. Tem plena e inteira liberdade como se de ventre livre fora nascido, meu escravo Thomé [?] de quarenta e cinco anos de idade, carpinteiro. E para que conste a favor perante qualquer autoridade passar lhe perante a carta de emancipação sem ônus algum. São Gabriel dois de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta.

Fazendo uma análise geral das cartas dos maçons aqui estudadas é possível destacar que, apesar de por vezes mencionarem e outras vezes não, a real intenção da liberdade foi a de alforriar para regularizar-se como maçom ou para iniciar-se na maçonaria. Em nossa pesquisa não foi possível apresentar algum documento que afirme com mais clareza essa obrigação que a loja impunha aos seus filiados, porém há nas cartas fortes indícios que esta era uma obrigação que recaia sobre todos os que desejassem ingressar ou manter-se na Loja em questão.

Por fim, a frase que predominou em todas as cartas presentes nesse trabalho foi: *“Como se de ventre livre tivesse nascido”*, e que algumas vezes aparece como *“houvesse nascido”*. Neste sentido, fica evidente a importância dessa legislação abolicionista no

processo de alforrias. Quanto aos senhores, ao concederem a alforria, regozijavam-se por estarem praticando um ato generoso e de benevolência que lhes permitiria a entrada ao tão almejado e seletivo grupo de maçons do município de São Gabriel.

## CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi investigar a participação da maçonaria, particularmente da loja Rocha Negra, no processo da abolição no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul. Esses maçons foram um grupo organizado e influente, que se colocou de forma bastante atuante perante os movimentos abolicionistas do período no sul do país.

A investigação se deu sobre documentos primários, pesquisados no arquivo particular da Loja, tais como as cartas de alforrias, documentos postais, atas de reuniões dos maçons e bibliografias que falam sobre a abolição e maçonaria no Rio Grande do Sul. O estudo nos possibilitou conhecer as diversas faces do abolicionismo, começando pelas próprias leis abolicionistas, que davam “liberdade”, mas que em troca impunham condições, caracterizando-se, portanto, como uma tentativa de prolongar a escravidão e manter o negro ainda subjugado.

A maçonaria com o seu caráter secreto foi um grande aliado juntamente com a imprensa, no processo de abolição no Rio Grande do Sul. Intelectuais comprometidos com o ideário iluminista e liberal, geraram as condições para as primeiras iniciativas que resultaram nas instalações de lojas maçônicas nas províncias.

Os membros da Loja maçônica Rocha Negra, em consonância com o pensamento iluminista e com o ideário libertador, trabalharam no sentido de emancipar a população negra mantida como escrava na cidade e na região, através da conscientização da população em relação ao direito à liberdade, conseguindo com isso a emancipação total dos escravos no ano de 1884.

Composta por estancieiros, comerciantes e militares, São Gabriel teve até aquele momento a sua economia alicerçada na mão de obra escrava. Contudo, o processo de emancipação que passou a dominar a cidade, conseguiu ressignificar e atribuir valor ao trabalho da população negra no município. As possibilidades de pesquisa a respeito das relações entre abolição e maçonaria no Rio Grande do Sul são diversas, posto que o estudo da temática é ainda incipiente em nossa historiografia. Portanto, este trabalho soma-se a outros que buscam melhor conhecer a história da maçonaria e das alforrias no Rio Grande do Sul, sem que com isso pretenda-se esgotar quaisquer as possibilidades de análise e leitura do material pesquisado.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2000.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **Rocha Negra a legendária**. São Gabriel: A trolha LTDA, 1989.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **São Gabriel desde o princípio**. São Gabriel: Palotti, 1984.

MAGRO, Valdir. **São Gabriel/RS, Brasil: Passado e presente**. Disponível em: <http://saogabrielsbrasilantiga.blogspot.com.br/p/igreja-do-galo-museu-nossa-senhora-do.html>: Acesso em 01/07/2016.

MONTI, Verônica A. Martini. **O abolicionismo: sua Hora Decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre: Martins livreiro, 1985.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

### **Fontes Consultadas:**

Registros de Alforria do Município de São Gabriel. 1870 á 1885. v. 2-3. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

Arquivo documental da Loja Rocha Negra do Município de São Gabriel-RS. Atas de reuniões 1873-1883.